

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.954 - MG (2019/0300900-8)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : MAIQUE SEVERINO DE BARROS (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Neste recurso em *habeas corpus*, alega-se que a decisão que converteu a prisão em flagrante de **Maique Severino de Barros** em preventiva carece de fundamentação idônea, pois baseada na gravidade abstrata do crime de roubo circunstanciado tentado (Processo n. 0881409-89.2019.8.13.0024, da Vara de Inquéritos de Belo Horizonte/MG).

Sustenta-se que o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, no julgamento do HC n. 1.0000.19.109070-3/000, “*incorpora*” *alguns fundamentos fáticos e, numa tentativa de ‘salvar’ a decisão primeira, transcreve, inclusive, o depoimento do condutor e da vítima. Contudo, ele não tem a aptidão de suprir a omissão da decisão que decretou a preventiva* (fl. 94).

Requer-se, em liminar, a substituição da preventiva por cautelares diversas da prisão.

É o relatório.

Aparentemente, presentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

Neste juízo de cognição preliminar, pela rápida leitura da decisão de fls. 54/55, vislumbro a falta de fundamentação idônea para a manutenção da prisão cautelar do ora recorrente, amparada, ao que parece, nos elementos configuradores da conduta delituosa. Veja-se (fl. 45):

[...]

No caso em tela, não obstante a primariedade do autuado, trata-se de um delito de roubo, praticado com emprego de violência ou grave ameaça contra a vítima, além do concurso de pessoas com um menor. Tudo a revelar a gravidade concreta do delito. O delito de roubo é crime grave que tem trazido insegurança para a sociedade. Destarte, inadequada e insuficiente a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão preventiva, que se faz necessária para a garantia da ordem pública, vulnerabilizada com sua reiteração criminosa.

[...]

Superior Tribunal de Justiça

Defiro medida liminar a fim de, por ora, substituir a prisão de Maique Severino de Barros pelas medidas alternativas previstas no art. 319, I (comparecimento periódico em juízo para informar e justificar suas atividades), III (proibição de manter contato com qualquer pessoa relacionada aos fatos descritos na denúncia), IV (proibição de ausentar-se da comarca sem a devida autorização) e V (recolhimento domiciliar no período noturno), do Código de Processo Penal.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau acerca da atual situação do recorrente e da ação penal.

Tão logo prestadas, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator